

# A privatização, o consumidor e o produtor

Marcelo Neri

Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPEGE/FGV  
mcneri@fgv.br

Os anos 90 representam a década das reformas liberais, nos quais abertura da economia, estabilização e privatizações ocupam lugar de destaque. Estes elementos são considerados avanços pela maioria dos economistas do mundo. Agora, quais seriam os impactos dessas reformas no cidadão comum? Analisamos aqui os dois últimos censos demográficos do IBGE sob as óticas do consumidor e do produtor. Em particular, as mudanças no acesso a serviços públicos e no emprego ocorridas nos setores de atividade ligados à provisão de infra-estrutura que passaram pelo processo de privatização na última década.

**A evolução do emprego** — Na extração de petróleo e gás natural, produção de energia elétrica, produção e distribuição de gás através de tubulações, transporte ferroviário e telecomunicações são detalhadas no gráfico 1. Vemos que a intensidade de criação/destruição de empregos difere marcadamente de um setor de atividade para outro. Os únicos setores onde houve crescimento de emprego foram os de produção e distribuição de gás e telecomunicações. O aumento de postos de trabalho nas telecomunicações foi bem mais significativo do que na produção e distribuição de gás em termos absolutos, porém em termos relativos à produção e distribuição de gás apresenta maiores valores devido ao nível de emprego incipiente deste em 1991. A maior queda do emprego, tanto em termos absolutos como relativos, ocorreu no setor de transporte ferroviário, onde houve uma redução de mais de 70 mil postos de trabalho de 1991 a 2000; em termos relativos, isso representa uma queda de aproximadamente 70%.

Observamos a variação na renda média dos ocupados nos dois períodos da análise como *proxy* da mudança na qualidade do emprego nos setores que passaram pelo processo de privatização. As melhorias de produtividade, devido ao processo de privatização, geralmente ocasionam uma elevação dos salários e outras formas de remuneração dos trabalhadores que permaneceram ou passaram a ser

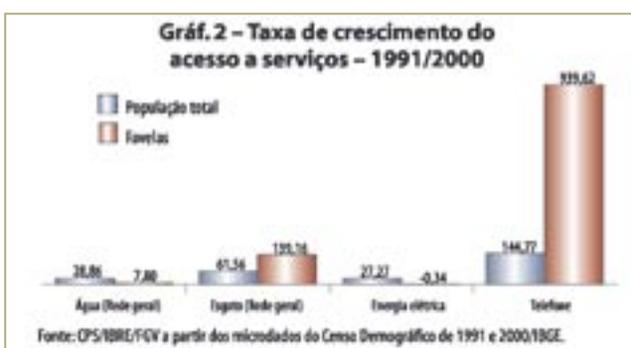
empregados nas empresas privatizadas. A renda média dos ocupados brasileiros, deflacionada pelo INPC, cresceu cerca de 23% no período de 1991 a 2000, isto é, um crescimento de R\$ 125,07. Nos setores de interesse, as maiores variações ocorreram nos setores de telecomunicações e extração de petróleo e gás natural, e a menor no setor de produção e distribuição de gás através de tubulações. No setor de telecomunicações, a renda média dos ocupados cresceu quase 24%, ou seja, cerca de R\$ 211,00; no setor de extração de petróleo e gás, 19,1% (R\$ 277,90); e a queda na renda no setor de produção e distribuição de gás passou de 50%.

O acesso a serviços públicos tem mudado acentuadamente na última década em função do processo de privatização. Os serviços públicos analisados são aqueles encontrados nas pesquisas domiciliares: energia elétrica, telefone, rede geral de água e esgoto. Buscamos isolar fatores de mudança no lado da oferta dos serviços públicos daqueles de demanda, função principalmente dos fatores geográficos e socioeconômicos.

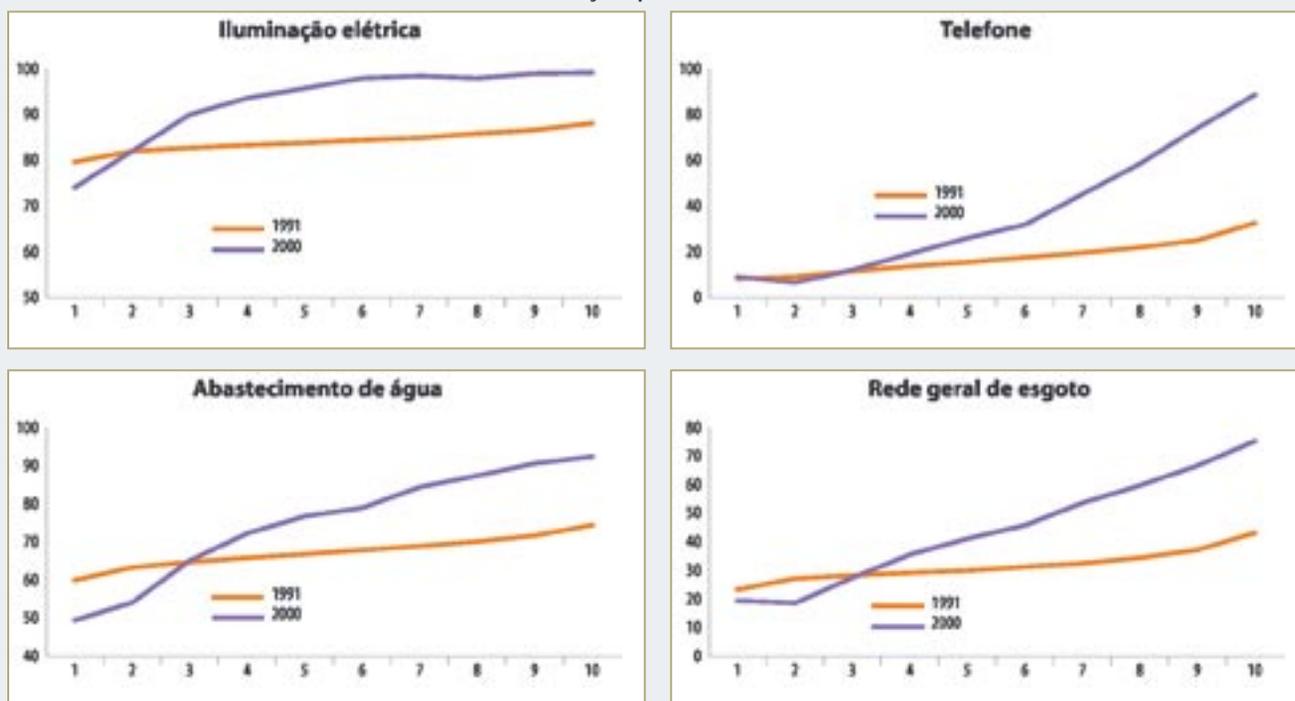
Dentre os serviços públicos em questão, o que mais cresceu entre os anos de 1991 e 2000 foi o acesso a telefonia fixa. Em 1991, cerca de 25 milhões de pessoas possuíam acesso a ela; já em 2000, 63 milhões, ou seja, um aumento de 145% do número de pessoas com linha telefônica, enquanto o crescimento da população total foi de apenas 15,7%, conforme os gráficos a seguir.

Analisando o percentual de acesso a serviços públicos de interesse observa-se que o acesso a telefone ainda apresenta a menor percentagem (37,1%) quando comparado aos demais serviços. No outro extremo está o acesso a eletricidade que, em 2000, atinge 92,7% da população total brasileira. Já o acesso a rede geral de água foi de 75% e o acesso a rede geral de esgoto atingiu quase metade da população brasileira.

É importante destacar que os dados utilizados na análise só informam sobre a quantidade do acesso a serviços públicos e não qualidade dos serviços prestados. Contudo, há alguns



## Acessos a serviços por décimos de renda



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

anos, antes da privatização do setor de telecomunicações, por exemplo, para conseguir uma linha telefônica era mais custoso tanto pelo preço do serviço quanto pelo tempo despendido na aquisição desse serviço. Havendo indicações de melhora na qualidade dos serviços.

**Quem se beneficiou mais?** — Os custos dos serviços públicos, como eletricidade, são muito altos em área isolada e os de regulação em aglomerados subnormais, devido principalmente pela dificuldade de cobrança. No caso da eletricidade existem evidências concretas da magnitude de ligações clandestinas de energia, o chamado “gato”, cerca de quatro vezes maior do que nas demais áreas (Neri, 2001). Neste caso, a restrição maior está no faturamento dessas áreas, gerando efeitos adversos na capacidade de oferta das demais áreas. Mesmo assim, observa-se que a taxa de acesso em todos os serviços da análise nos aglomerados subnormais teve aumento entre 1991 e 2000. O acesso a telefone aumentou cerca de 11 vezes e o acesso a rede geral de esgoto, 2,5 vezes. No gráfico, pode-se observar as demais taxas de acesso nos aglomerados subnormais.

O fenômeno privatização beneficiou o acesso a serviços quase todos os décimos de renda da população, porém em diferentes graus, ou seja, as classes com maiores níveis de rendas foram as mais favorecidas.<sup>1</sup> De todos os serviços, eletricidade foi o que apresentou maior equidade de distribuição. Em 2000, quase todos os décimos já alcançavam taxas de acesso superiores a 90%. Por outro lado, a privatização das empresas telefônicas foi a menos igualitária: apesar de beneficiar todas as classes, alcançou em maior escala a população de alta renda — entre os 10% mais ricos da população, apenas 33% tinham acesso em 1991 contra 89% em 2000, atingindo 15 milhões

de pessoas. Gráficamente, é possível medir o ganho relativo de cada grupo pela distância entre as linhas, que aumenta à medida que caminhamos para os décimos de renda mais altos. Acesso a saneamento básico também cresceu com as privatizações, tanto no abastecimento de água quanto no acesso a esgoto. Por exemplo, em 1991 o acesso a rede geral de esgoto atingia menos de 50% da população em todos os décimos de renda, situação diferente da apresentada em 2000.

Na perspectiva do consumidor, os anos 90 não foram uma segunda década perdida. Mesmo durante a chamada crise de desemprego, observamos avanços no acesso a bens e serviços. A idéia de crise parece se adequar mais ao caso dos produtores locais. Alguns alegam que o problema do desemprego é consequência direta da adoção de reformas liberais. Outros argumentam que o problema se deve à contra-reforma promovida pela Constituição de 1988 e uma certa timidez dos ajustes posteriores. Todas essas questões importam na decisão de recuar, manter ou transformar a agenda de reformas. ▀

O autor agradece a eficiente assistência de pesquisa de Luisa Carvalhais e de Alessandra Pieroni do CPS/IBRE/FGV.

<sup>1</sup>É necessário destacar que os décimos estão expostos segundo a renda corrente dos indivíduos, o que explica que o primeiro e segundo décimos apresentam muitas vezes taxas superiores aos décimos imediatamente posteriores, uma vez que pode estar presente nesses grupos a população que sofreu algum choque de renda, por exemplo, encontra-se afetada pelo desemprego que atingiu segmentos médios durante boa parte do período, tornando esses décimos mais passíveis de mudanças em sua composição. Uma alternativa superior seria olhar para a renda permanente das famílias, que tentaremos captar mais à frente através da educação média dos indivíduos.